

**Comissão Mista de Reavaliação de Informações****144ª Reunião Ordinária**

Decisão CMRI nº 194/2025/CMRI/CC/PR

NUP: 00106.014272-2024-94**Órgão: CGU – Controladoria-Geral da União****Requerente: 023868****Resumo do Pedido**

Trata-se de pedido de acesso à informação protocolado por cidadão com identidade preservada, em que aduz ter interposto recurso perante a CGU, em sede de 3ª instância, no dia 21/11/2024, no âmbito do procedimento de acesso à informação NUP 19955.042595/2024-03, em que elaborou pedidos de acesso relacionados aos Instrumentos Coletivos de Trabalho, relativos aos processos nº 46473.004936/2013-77 e nº 46473.007513/2014-90, registrados no Ministério do Trabalho e Emprego. Ao passo em que informa que o recurso daquele NUP anterior (nº 19955.042595/2024-03) se encontrava em tramitação junto à CGU (em 26.11.24), requer, por meio deste pedido de acesso à informação, que:

seja juntado no pedido de acesso à informação anterior o arquivo "19955042595202403 - resumo dos argumentos" que anexou, cujos argumentos requer sejam considerados na instrução do recurso de 3ª instância interposto naqueles autos;

sejam juntadas e consideradas na instrução no mesmo recurso de 3ª instância as cópias dos NUPs 19955.031399/2024-03, 19955.031398/2024-51 e 19955.013649/2024-15 (numeração do "Super");

seja informado se, nos pedidos de acesso à informação relacionados aos Instrumentos Coletivos de Trabalho (MTE), que são TRANSMITIDOS eletronicamente ao Ministério do Trabalho e Emprego por meio do Sistema MEDIADOR, é permitido ao Ministério "(i) ignorar (em todas as instâncias de tramitação daqueles pedidos no âmbito do MTE) a especificidade dos Instrumentos Coletivos de Trabalho indicada nesses pedidos (Instrumentos Coletivos de Trabalho que são TRANSMITIDOS eletronicamente ao Ministério do Trabalho e Emprego por meio do Sistema MEDIADOR), e, ao mesmo tempo, (ii) manifestar-se apenas sobre especificidade dos Instrumentos Coletivos de Trabalho não indicada nos pedidos em questão (Instrumentos Coletivos de Trabalho ORIGINAIS em papel, não TRANSMITIDOS eletronicamente ao Ministério do Trabalho e Emprego por meio do Sistema MEDIADOR)?"

seja informado se há algum entendimento da CGU no sentido de considerar típica (criminosa) "a conduta de um agente público que ignora aquilo que é especificamente solicitado (por um cidadão) em um pedido de acesso à informação, respondendo apenas aquilo que não foi solicitado", nos termos do art. 32, da Lei nº 12.527/11;

seja informado os procedimentos adotados pela CGU (no exercício de suas competências previstas pelo art. 16, da Lei nº 12.527/11) quando identifica a situação descrita no item anterior durante a instrução e julgamento de recursos em pedidos de acesso à informação.

Resposta do órgão requerido

A CGU respondeu que todos os anexos registrados neste expediente foram incluídos no recurso nº 19955.042595/2024-03, para fins de consideração na instrução do referido recurso de 3ª instância. Em relação aos NUPs indicados para juntada de cópias no mesmo recurso, afirmou que poderão ser consultados, no que couber, na instrução processual do recurso nº 19955.042595/2024-03, dispensando-se a inclusão de toda a documentação no expediente, uma vez que o sistema permite a consulta a todos os documentos constantes em cada NUP. Esclareceu também que a análise recursal já contempla a verificação de pedidos semelhantes e a consideração, quando aplicável, de entendimentos e decisões anteriores sobre o tema. Sobre os itens 3 e 4 do pedido (acima indicados) considerou que os questionamentos possuem natureza de “consulta” e estariam, portanto, fora do escopo da LAI. Argumentou que análise realizada pela CGU na fase de instrução e julgamento de recursos em 3ª instância restringe-se ao caso concreto, observando-se o objeto do pedido de acesso, suas peculiaridades e os preceitos da LAI, razão pela qual entende prejudicado o fornecimento de um posicionamento específico quanto aos questionamentos referentes aos itens 3 e 4. Sobre o pedido contido no item 5, afirmou que a CGU atua de forma visa garantir a transparência, a eficácia, o efetivo atendimento do acesso à informação e a conformidade do procedimento com a Lei nº 12.527/11. Além disso, havendo necessidade, a CGU entra em contato com o órgão responsável para colher informações adicionais referentes ao caso e, assim, emitir uma decisão final do recurso.

Recurso em 1ª instância

O cidadão recorreu reiterando o pedido e os argumentos antes manifestados, acrescentando que a CGU possui atribuições de órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, somadas ao exercício de funções de controle interno, correição, ouvidoria, além das ações voltadas para a promoção da transparência e para a prevenção da corrupção e, ainda, exerce a supervisão técnica dos órgãos que compõem o Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal e a função de 3º grau recursal de pedido de acesso à informação.

Resposta do órgão ao recurso em 1ª instância

A CGU reiterou as informações prestadas anteriormente sobre o pedido e manteve a sua decisão.

Recurso em 2ª instância

O cidadão recorreu por meio de petição de 5 (cinco) laudas, nas quais sinteticamente, reiterou o pedido de informação sobre os procedimentos adotados pela CGU em casos de respostas incompletas, assim como o pedido de esclarecimentos sobre a possibilidade de ignorar especificidades dos pedidos de acesso à informação e:

Admitiu, quanto aos pedidos 3 e 4 do primeiro campo deste documento, que há espaço para a defesa do entendimento de que o pedido em questão se trata de “consulta”. Contudo, ponderou, com base no Manual da CGU de aplicação da LAI, que não se exige a existência de um “caso-paradigma (*aquele que já tenha sido preteritamente analisado pelo órgão público e sobre ele tenha sido produzido algum documento, qualquer que seja*)” idêntico ao caso objeto do pedido de acesso à informação (pedido de “consulta”) para que o órgão possa apresentar a manifestação pleiteada. Defende, assim, ser suficiente que os casos (paradigma e objeto do pedido atual) sejam tão somente semelhantes. Argumenta também que não há exigência de que o documento no qual o órgão público tenha registrado sua análise seja um parecer, podendo ser qualquer “*unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato*” (inc. II, do art. 4º, da LAI);

Reiterou argumentos anteriores sobre as atribuições da CGU;

Afirmou que a CGU está equivocada ao considerar que o pedido 4 possui natureza de consulta, pois, na realidade, o que se pede é a informação sobre a existência ou não de entendimento já manifestado ou elaborado pela CGU a respeito do assunto. Dessa forma, aduziu que a CGU não respondeu ao questionamento, pois não informou se existe ou não algum entendimento sobre a matéria.

Argumentou que a CGU apresentou, no mínimo, resposta incompleta para o questionamento constante do item 5 do pedido (acima).

Resposta do órgão ao recurso em 2ª instância

A CGU não conheceu do recurso, por não identificar negativa de acesso à informação, conforme o requisito de admissibilidade previsto no art. 16, inciso I, da Lei nº 12.527/11. Argumentou que tanto no pedido inicial quanto nos recursos os questionamentos não se referem a informações públicas, na forma dos arts 4º e 7º da LAI, mas, sim, solicitações para que o poder público se manifeste sobre condições hipotéticas referente a recurso em tramitação na CGU, afigurando-se, portanto, como pedido de consulta que se encontra fora do escopo da LAI.

Recurso à Controladoria-Geral da União (CGU)

Não se aplica.

Análise da CGU

Não se aplica.

Decisão da CGU

Não se aplica.

Recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI)

Em petição de 11 laudas, o cidadão recorreu reiterando o pedido e os argumentos antes aduzidos. Acrescentou que a decisão da CGU contém erro material quando se refere ao expediente de que trata equivocadamente como sendo o NUP 00106.014271/2024-40. Argumentou que, no seu modo de ver, a leitura do manual de Aplicação da LAI na Administração Pública Federal, especialmente da página 13, permite concluir que a CGU deveria *“declarar (de modo claro, transparente e em linguagem de fácil compreensão) se consta (ou não) sedimentado em qualquer documento produzido ou acumulado pela CGU (independentemente do meio, formato ou suporte que se encontre esse documento) (i) a análise de alguma situação fática que se assemelhe ao que foi descrito no item 2; (ii) o entendimento especificamente referenciado no item 3; e, (iii) a descrição dos procedimentos indicados no item 4”*.

Admissibilidade do recurso à CMRI

Recurso não conhecido. Conforme o art. 24 do Decreto nº 7.724, de 2012, e os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6, de 2022, o recurso cumpre os requisitos de legitimidade, tempestividade e regularidade formal. Todavia, o requisito do cabimento não foi atendido, em razão de ter teor de manifestação de ouvidoria.

Análise da CMRI

Em análise aos autos, entende-se que não houve negativa de acesso, já que na resposta inicial a Recorrida pontuou que nas suas decisões de 3ª instância recursal da LAI já é contemplado a verificação de pedidos semelhantes e a consideração, quando aplicável, de entendimentos e decisões anteriores sobre o tema em análise. Ademais, os questionamentos indicados pelo cidadão como não respondidos não se referem a informações públicas, nos termos do que dispõem os arts 4º e 7º da LAI, mas, sim, solicitações que caracterizam consultas, uma vez que requer que o poder público se manifeste sobre situações hipotéticas sobre recurso em tramitação naquela Controladoria. Consultas não se encontram albergadas pela Lei de Acesso à Informação e possuem procedimento próprio. Importante destacar que a CGU apresentou, em sua resposta, informações e esclarecimentos sobre as atribuições da CGU no âmbito dos procedimentos de acesso à informação, assim como os procedimentos adequados a serem adotados, em caso de eventuais desconformidades no processamento de tais expedientes. Diante disso, entende-se que este recurso não pode ser conhecido.

Decisão da CMRI

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade, não conhece do recurso, visto que não houve negativa de acesso à informação, requisito de admissibilidade recursal, nos termos do art. 24 do Decreto nº 7.724/2012, e dos arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6, de 2022, e por haver manifestações de ouvidoria do tipo consulta, que não fazem parte do escopo do direito de acesso à informação, nos termos dos arts. 4º e 7º da Lei nº 12.527, de 2011.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Helena Pontual Machado, Presidente Suplente da CMRI**, em 28/05/2025, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurélio de Andrade Lima, Chefe de Gabinete**, em 30/05/2025, às 13:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS AUGUSTO MOREIRA ARAUJO, Usuário Externo**, em 30/05/2025, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO ALVES NOGUEIRA registrado(a) civilmente como RONALDO, Usuário Externo**, em 30/05/2025, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eveline Martins Brito, Usuário Externo**, em 30/05/2025, às 21:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Mendes de Assis, Usuário Externo**, em 02/06/2025, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Míriam Barbuda Fernandes Chaves, Usuário Externo**, em 02/06/2025, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEILA DE MORAIS, Usuário Externo**, em 05/06/2025, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **DEBORA DE MOURA PIRES VIEIRA, Usuário Externo**, em 05/06/2025, às 12:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROCHA CYPRIANO**, **Usuário Externo**, em 06/06/2025, às 12:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6670669** e o código CRC **9523020F** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 00131.000008/2025-47

SEI nº 6670669